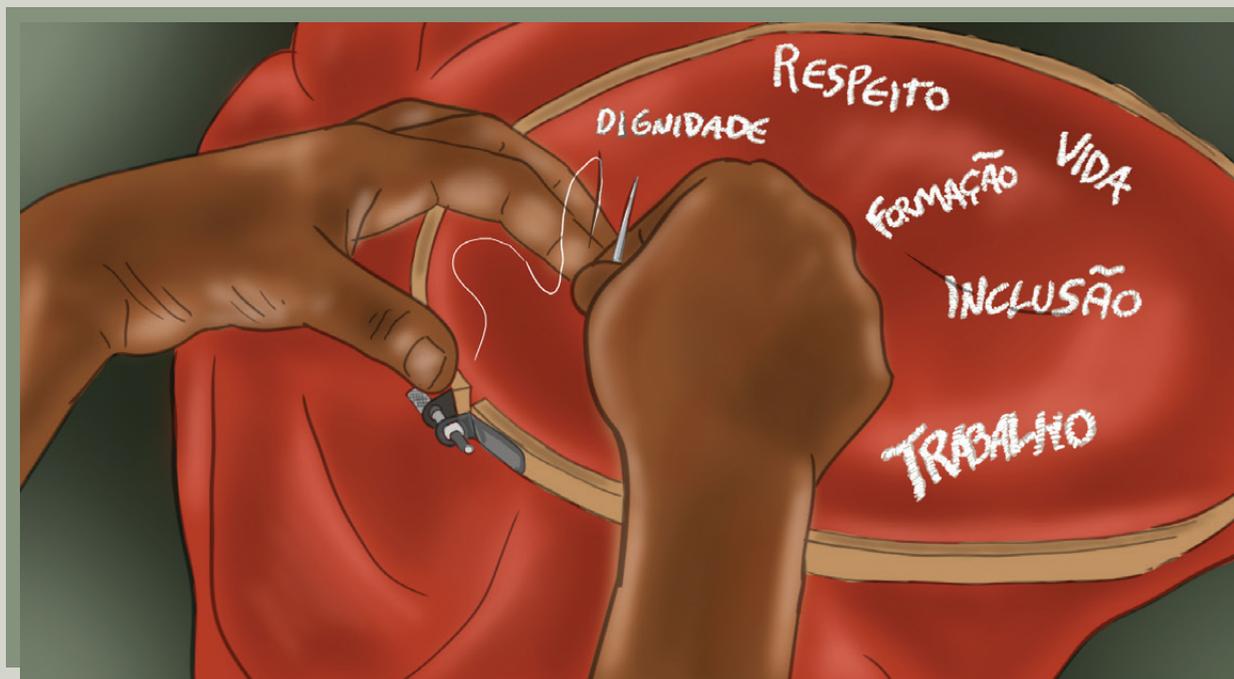


A formação em Psicologia baseada nos direitos humanos



O Projeto de Extensão “Diz Ai: Clínica Feminista e Antirracista na UFPEL” e o uso de Referências Técnicas sobre Relações Raciais | PG 12

Por uma formação ética, inclusiva e em defesa de uma sociedade justa e democrática | PG 14

Ailton Krenak (2020) nos convoca, vibrando a flor de peles sensivelmente arrepiadas, à intervenção nos pacíficos cenários criados pelo colonialismo: “Nós estamos em guerra. Eu não sei porque você está me olhando com essa cara tão simpática. Nós estamos em guerra. [...] A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz, é pra gente continuar mantendo a coisa funcionando*”.

Estamos sendo convocadas/os a pensar nossas formações em Psicologia. Qual é a posição que as universidades têm assumido para que, na expressão mais objetiva desse cenário da guerra anticolonial, possamos operar processos de descolonização do pensamento? Na história da produção do conhecimento científico e, assim, da própria Psicologia, a colonização invadiu geografias e impregnou pensamentos com uma lógica que inventa seres humanos desmembrados em categorias que, segmentadas pelas produções científicas e pelo conhecimento do norte global, tornam-se objetos esquadrihados dentro de escalas em que qualquer variável rapidamente é rearranjada no próprio espelhamento branco.

Como escapar desses sequestros? Nesta edição da Entrelinhas, compartilhamos forças poéticas, inventivas e potências atentas à atualização da colonialidade que se apropria, expropria, esvazia e domina discursos, práticas e táticas antes instituintes. É nas entrelinhas que a poesia como política, constrói discursos e práticas de seu tempo, une forças de combate e constrói seus aparatos de guerra, “desde dentro, desde fora”, com vivas artesanias micropolíticas, que vão transfigurar os

processos de formação da Psicologia, pautada em novos paradigmas do pensamento. Não há mais tempo para a anestesia que a suposta paz sustenta com seus pactos datados de mais de 500 anos.

Tomemos nossos aparatos de guerra para entrar em combate. Se queremos uma Psicologia antirracista, antimachista, anticapacitista e anti-LGBTQIAPN+ fóbica, pautada nos direitos humanos, é preciso que a luta anticolonialista contagie, desde dentro, a formação em Psicologia e não somente, numa disciplina, num cantinho eletivo dos currículos.

O grande desafio que se coloca na formação é o de desfazer as fronteiras estabelecidas e defendidas na própria formação, durante esse meio século de existência formal da Psicologia como profissão. É preciso lidar com os abalos sísmicos-teóricos, comuns em todo processo de formação, descompartmentalizando os saberes e as práticas em Psicologia, transfigurando radicalmente os paradigmas hegemônicos que ainda persistem, insistem.

Esperamos com esta edição, afirmar que você não está sozinha/o nessa guerra pela descolonização do pensamento. Aqui apresentamos nossas máquinas de guerra. Bora combinar de nos encontrar no fronte?

Diretoria CRPRS

Gestão Frente em Defesa da Psicologia RS

* Fonte: <https://youtu.be/hM0ID91hBn0?si=OVrbORXNfqPjf9uN>
acesso em 10/04/2024

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Jean Von Hohendorff, Luís Henrique da Silva Souza, Marina Medeiros Pombo, Rafael Antônio Carneiro e Silvana Maia Borges

Coordenador de Comunicação: Tomas Edson Silveira (MTb 16.333)

Jornalista Responsável: Aline Victorino (MTb 11.602)

Estagiário de jornalismo: Eduardo Silva Gonçalves

Projeto Gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

Ilustrações: Jean Magnus - Olharte

Impressão: Alfa Print

Tiragem: 3200 exemplares
Distribuição gratuita

 crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

 [@conselhopsicologiar](https://instagram.com/conselhopsicologiar)

Comentários e sugestões:

 imprensa@crprs.org.br

Relato de experiência	<u>4</u>
Sobre deslocamentos ao habitar uma escuta	
Reportagem especial	<u>6</u>
A formação em Psicologia baseada nos direitos humanos	
Reflexões	<u>12</u>
O Projeto de Extensão “Diz Aí: Clínica Feminista e Antirracista na UFPEL” e o uso de Referências Técnicas sobre Relações Raciais	
Perspectiva	<u>14</u>
Por uma formação ética, inclusiva e em defesa de uma sociedade justa e democrática	
Psicologia e pesquisa	<u>18</u>
Percepções de estudantes de Psicologia acerca dos Direitos Humanos	
Dicas culturais	<u>20</u>
Orientação técnica	<u>22</u>
Primeiros passos na profissão: Clínica Psicológica	
CREPOP	<u>24</u>
Referências Técnicas e formação em Psicologia	
Observatório de Direitos Humanos	<u>25</u>
Ensino de Psicologia em Centro de Referência em Direitos Humanos	
Fique atenta/o	<u>26</u>
Transparência	<u>27</u>
Agenda da Psicologia	<u>27</u>



Sobre deslocamentos ao habitar uma escuta

Gabriela Oliveira Guerra | CRP 07/17457

Psicóloga na UFSM, doutoranda no Programa
de Pós-Graduação em Psicologia na UFSM

gabrielaoliveiraguerra@gmail.com

De que é composta uma escuta? Desde que lugares a habitamos, no encontro com o outro? Essas questões contornam minha experiência de escuta clínica enquanto psicóloga no campo das políticas públicas de saúde e assistência social e, mais recentemente, no âmbito da educação superior pública. Elas foram compondo a compreensão de sujeito que sustenta a construção de intervenções, ancoradas no referencial teórico, epistemológico e ético da psicanálise, bem como produziram deslocamentos, na busca de formação para a escuta frente a dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016) testemunhada nesses contextos.

No âmbito universitário, no campo da pesquisa e da extensão¹, esses movimentos foram se produzindo na intersecção com outros campos de saber, o que sustenta o horizonte ético e político do trabalho. Ainda, a partir da construção de dispositivos de intervenção, fomos constituindo tensionamentos quanto ao nosso lugar de escuta e nossa formação social e acadêmica, bem como questões quanto à composição curricular dos cursos de Psicologia no país. Dessa forma, trilhamos incursões junto aos estudos críticos da branquitude, às teorias de/descoloniais e ao pensamento interseccional.

Nesse sentido, uma das reflexões que compartilhamos parte dos estudos de Gebrim (2020): de que formas, perspectivas e lugares diferentes ocupados nos discursos é possível sustentar a escuta com um outro? Quais as condições de escuta e compartilhamento de vivências e de lugares distintos no laço social?

Em seu trabalho de pesquisa na clínica com migrantes, no qual apresenta sua experiência em diferentes *fronts* de intervenção, Gebrim (2020) aponta dois extremos na descoberta do outro: um encontro colonizador, que desconhece o outro em sua alteridade, produzindo o aniquilamento de sua humanidade e um encontro de compartilhamento, referente às descobertas que o eu faz também de si e de seu próprio íntimo, através da exterioridade ou

da radicalidade dos traços encarnados na figura do estrangeiro. Situa a necessidade de deslocamento e desterritorialização como movimentos que produzem a possibilidade de sustentação de uma escuta, como o ato de deixar o próprio lugar, de deslizamento e descentramento subjetivos, destacando a necessária desalienação dos discursos hegemônicos na construção da escuta. Tal pontuação permite pensar em um necessário abandono do território que habitamos e na necessidade de nos deslocarmos em direção ao território do outro na construção de uma escuta da alteridade. Neste contexto, a autora interroga se o lugar de onde se fala pode servir de instrumento para a própria intervenção clínica e, partindo de sua branquitude, enquanto marca da experiência de um corpo, situa a essencialidade de considerarmos a dimensão do cruzamento entre a grande história (História) e a pequena história -a história individual e de nossos pertencimentos (Gebrim, 2020, p.172).

É na esteira destas discussões que penso ser importante a formação em direitos humanos em nosso campo, não sem estarmos advertidos de algumas fronteiras no que se refere à compreensão de sujeito a qual pretendemos sustentar nossa prática, na insistência em sua singularidade, em contraponto à discursos universalizantes e homogeneizantes, produtores de segregação, de mal-estar e de sofrimento psíquico.

¹ Refiro-me ao trabalho coletivo junto à linha de pesquisa "Psicanálise e migrações: efeitos clínico-políticos dos deslocamentos", do MIGRAIDH - Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional, da UFSM, responsável pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello, coordenado pela Prof^ª Dr^ª Giuliana Redin e ao Núcleo Compartilha - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSM, que une os grupos GEPEPE - Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia e Educação, coordenado pela Prof^ª Dr^ª Tais Fim Alberti, e GEPEVICS - Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência e Contextos Sociais, coordenado pela Prof^ª Dr^ª Samara Silva dos Santos.

Referências

- GEBRIM, Ana. **Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes**. Curitiba: Juruá, 2020.
- ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

A formação em Psicologia baseada nos direitos humanos

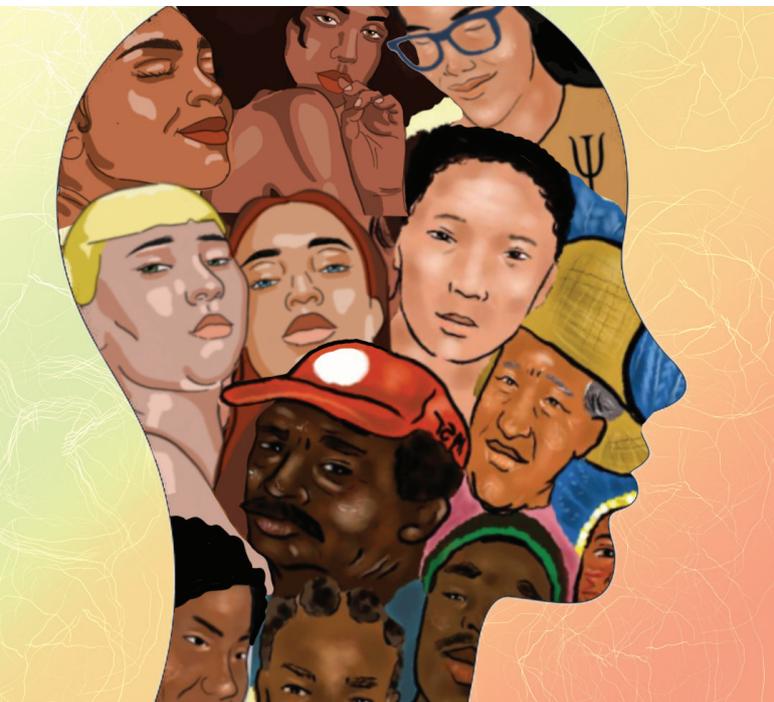
É tica, educação, políticas públicas, relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, deficiência são alguns dos temas sensíveis à sociedade que atravessam as práticas das/os psicólogas/os nos mais variados contextos e que precisam estar presentes, de forma transversal, nas graduações de profissionais da Psicologia. Essa perspectiva está presente nos princípios fundamentais que orientam a profissão, especificamente expressos nos itens I e II do Código de Ética. O trabalho das/os profissionais trabalhadoras/es da nossa categoria da Psicologia deve ser embasado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, colaborando, assim, com a eliminação de quaisquer formas de opressão e violações de direitos.

Para a conselheira vice-presidenta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), **Ivani Francisco de Oliveira** (CRP 06/121139), a formação em Psicologia é um momento oportuno para a introdução de conhecimentos importantes que contribuem também para o entendimento de que a subjetividade humana está relacionada a condições históricas, políticas e socioculturais e isso têm papel predominante nas características psicológicas das pessoas. “É importante que docentes de nível superior levem para análise e reflexão as desigualdades de raça, classe e gênero – de modo que futuras psicólogas e psicólogos consigam atuar de forma engajada em prol da eliminação de quaisquer tipo de preconceito e discriminação. Essa é a base mínima para atuar com o comportamento nas diversas abordagens possíveis. A postura ética e pedagógica precisa ser compromissada com a realidade da sociedade brasileira e a problematização

em sala de aula pode ser uma excelente ferramenta de ensino para identificar as relações de poder sustentadas em gênero e raça que operam entre discentes, para em seguida introduzir as teorias sociais que elucidam os processos concretos da vida social.”

Ivani acredita que o conhecimento científico é sustentado em referências teóricas nas quais uma neutralidade é impossível. “Considerando que nenhum estudo ou saber pode abarcar o todo da vida, os conhecimentos são localizados geopoliticamente. Dessa forma, é importante que todas as disciplinas abordem as questões de gênero e raça, pois, sem a ampliação das teorias e aprofundamento em saberes dos mais diversos campos, a formação corre o risco de ser parcial em atender a população. Ao final da formação, o juramento que será feito é o comprometimento de colocar a Psicologia a serviço da sociedade brasileira, tarefa fadada ao fracasso se não conhecermos a realidade social que coloca em desigualdades mulheres, pessoas negras e indígenas, bem como toda a população LGBTQIA+.”

Entender as imposições sociais e de que forma contribuem com essas desigualdades é imprescindível para uma formação ética e alinhada com os direitos humanos. O capacitismo é uma dessas imposições e a formação precisa estar atenta a isso. “Nossa profissão se sustenta no Código de Ética que visa justamente o respeito, a defesa da dignidade e da emancipação. O capacitismo se sustenta na ideia de que há um único corpo plenamente humano, fazendo com que



determinadas características funcionais/corporais, que são naturais da condição humana, sejam traduzidas em desigualdades”, afirma a psicóloga **Vitória Bernardes** (CRP 07/17267), mulher com deficiência, conselheira do Conselho Nacional de Saúde.

Vitória ressalta que a compreensão biomédica e capacitista da deficiência, que a coloca erroneamente como uma questão individual, ligada à doença/lesão, precisa ser enfrentada no fazer diário da Psicologia em seus diferentes campos de atuação. “Na Psicologia Organizacional e do Trabalho, por exemplo, percebemos reflexos desse capacitismo impedindo que as pessoas com deficiência sejam promovidas ou não recebendo o suporte necessário para que elas possam se desenvolver no ambiente de trabalho. Dentro da Psicologia Escolar/Educacional, precisamos trazer essa questão para a perspectiva da educação inclusiva, entender que as características de uma pessoa não determinam o que ela pode ou o que não pode fazer, ela não pode ser definida pelo que é incapaz de fazer, precisa ser estimulada nas suas capacidades. Precisamos entender que a deficiência é uma construção social que se caracteriza pela imposição de barreiras que restringem a nossa participação.”

A ausência e a naturalização da ausência de pessoas com deficiência nos espaços também precisa ser questionada. “Quantas pessoas com deficiência

estão ocupando as escolas regulares, o mercado de trabalho formal, as universidades e os espaços de representação política, por exemplo? As pessoas precisam problematizar que a nossa ausência é reflexo desse capacitismo. Para além de sujeitos que vamos atender no dia a dia, as pessoas com deficiência serão colegas de profissão, trabalhadoras/es da nossa categoria e precisamos pensar, desde a formação, em estratégias para que elas tenham condições de permanecer nesses ambientes”, propõe Vitória. Ela ainda reforça a necessidade de a Psicologia rever o posicionamento sentenciador. “Não cabe mais a gente pensar na Psicologia como uma profissão que sentencia a normalidade das pessoas. Assim como temos posicionamentos muito nítidos em relação a não patologização da orientação sexual, por exemplo, precisamos entender que a deficiência não pode ser patologizada e que não cabe a nós atestar quem é normal ou anormal. Somos produtos da sociedade em que estamos inseridas/os, com atravessamento.”

A importância de futuras/os psicólogas/os considerarem as diversas dimensões da identidade e as interseccionalidades presentes nas experiências humanas, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outras, como parte da constituição psíquica, em sua singularidade, é defendida por **Vera Pasini** (CRP 07/03826), professora doutora do curso de Psicologia da UFRGS. “Considerando isso, os temas ligados aos direitos humanos e suas interseccionalidades devem ser trabalhados de forma transversal na formação em Psicologia, permeando todas as disciplinas e práticas, para que as/os estudantes compreendam que essas são questões a serem consideradas em qualquer espaço de inserção e em todos os âmbitos de atuação profissional. A discussão dessas dimensões pode ser produzida por meio da inclusão de conteúdos específicos sobre direitos humanos e interseccionalidades em disciplinas teóricas, discussões em grupos, como os Programas de Educação Tutoriais, e atividades práticas que abordem situações reais e promovam a reflexão quanto as múltiplas formas de opressão e discriminação presentes em nossa sociedade e, especialmente, na sociedade gaúcha. Além disso, a formação em Psicologia deve estimular o engajamento das/os estudantes em movimentos sociais e práticas comunitárias que promovam a defesa dos direitos humanos e a equidade social.”

Assim, a participação das/os estudantes de Psicologia nos movimentos sociais do campo da Saúde, especialmente àqueles ligados à Luta Antimanicomial oferecem uma perspectiva crítica em relação às práticas tradicionais da Psicologia, promovendo a reflexão sobre questões de poder, desigualdade e exclusão social, ampliando o olhar das/os futuras/os psicólogas/os para além do modelo biomédico e centrado no núcleo profissional, independentemente da teoria que orienta as práticas. “Envolver as/os estudantes com os movimentos sociais, participando de Fóruns, Conselhos locais, municipais e estaduais da saúde e intersetoriais proporciona a experiência de produção coletiva de políticas e práticas humanizadas e inclusivas, favorecendo o desenvolvimento de uma postura ética e comprometida com as questões do nosso tempo e com a construção de estratégias de resistência e superação de desafios”, acredita Vera.

No Brasil, muitos direitos sociais foram conquistados por lutas contínuas dos movimentos sociais e das entidades representativas de classe e a participação de futuras/os psicólogas/os nesse processo enriquece a formação. Na opinião de **Rafael Wolski de Oliveira** (CRP 07/14607) a aproximação de estudantes com esses movimentos se dá principalmente pelo incentivo de docentes e de trabalhadoras/es da Saúde, política pública em que muitas/os estudantes realizam suas práticas de estágio. “Os espaços formais de controle social são as conferências de saúde e os conselhos de saúde, mas existem outras formas de controle social que se dão no cotidiano dos serviços quando, por exemplo, a comunidade e trabalhadoras/es se unem para pressionar o poder público para garantir melhorias no acesso, contratação de profissionais, melhorias na infraestrutura etc. O Controle Social, no entanto, só funciona efetivamente se existe o engajamento e uma real participação popular. Nesse sentido, é necessário que novas gerações se incorporem nesses espaços e contribuam com suas vivências, perspectivas e formas de ser e estar no mundo.”

O protagonismo das/os usuárias/os da saúde mental pode ser também uma contribuição na formação. “Essa é uma conquista encarnada pelas intensas mudanças proporcionadas pela Reforma Psiquiátrica e que se materializam em espaços



horizontais nos quais ocorrem manifestações, reivindicações e propostas para o avanço do cuidado em saúde mental, feitas pelas/os próprias/os usuárias/os. Isso tudo, sem dúvidas, impacta também na formação, pois é esse protagonismo que desejamos que ocorra entre as quatro paredes de um serviço de saúde mental, no qual usuárias/os da saúde participem ativamente da construção de seus projetos terapêuticos”, sinaliza Rafael.

Além disso, a atuação junto aos movimentos sociais pode contribuir com a formação da cidadania. “Além de possibilitarem que as pessoas se somem às lutas por uma sociedade mais justa, equânime e que avança na direção da superação de quaisquer formas de discriminação, esses espaços são como escolas de cidadania”, revela Rafael. Para ele, a aprendizagem sobre coletividade e o diálogo com as diferenças contribuem também para a prática em serviços nas políticas públicas de forma eticamente comprometida com a transformação social, com a defesa dos direitos das/os usuárias/os, com conhecimento robusto sobre Controle Social e contra quaisquer violações de direitos humanos.

“Essa aproximação proporciona uma prática contextualizada historicamente, em que a/o profissional sabe que aquela política pública foi resultado de muita luta de pessoas que o antecederam

e que é preciso seguir lutando cotidianamente para avançar e garantir direitos. Quando me aproximei do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, movimento em defesa dos direitos dos usuários da saúde mental, ainda durante a minha graduação em Psicologia, o primeiro impacto que tive foi a horizontalidade em que diferentes pessoas, como usuárias/os, trabalhadoras/es, familiares e sociedade em geral discutiam e debatiam as pautas e desafios relacionados a esse campo. Certamente esse percurso contribuiu na minha formação como psicólogo e como cidadão.”

Movimentos sociais e a potência do coletivo na formação

O Projeto de Extensão da UFRGS “OCUPAS: Cidades, Resistências e Produção de Subjetividade” traduz toda a potencialidade do coletivo nessa aproximação entre formação e movimentos sociais. Confira o texto produzido pelo coletivo especialmente para a Entrelinhas:

Os movimentos sociais são pilares importantes para a construção de um estado democrático. É a partir da liberdade de expressão e da possibilidade de mobilização política coletiva que se constrói a garantia de direitos. A presença de psicólogas/os junto aos movimentos sociais é indispensável para uma prática aliada à realidade política dos territórios nos quais se atua.

Podemos pensar, desde uma perspectiva clínico-política, momentos nos quais os movimentos sociais promovem saúde mental e momentos nos quais a promoção de saúde mental por profissionais da Psicologia opera movimentos sociais no sentido atuar na luta pela promoção de direitos.

Os movimentos sociais muitas vezes promovem saúde mental junto aos seus coletivos no momento em que permitem uma agência perante situações nas quais boa parte da população é constantemente objetificada. Essa potência da ação envolvida pelo pertencimento e apoio coletivo é um modo de resistir às dinâmicas que, por meio da violência

das opressões, buscam constantemente subjugar, subalternizar e retirar agência de pessoas que não se enquadram nas hegemonias dos privilégios que delimitam os ideais de *eus* de nossa sociedade. O movimento social, assim, é, ele mesmo, uma intervenção clínico-política que busca promover saúde mental de modo complexo ao constituir tanto agência quanto um coletivo de apoio mútuo.

Por outro lado, promover saúde mental envolve também a luta pela garantia de direitos. Olhar para a realidade material das comunidades, percebendo que a saúde envolve uma complexa trama de condições de possibilidade é fundamental para profissionais *psis*, em especial quando atuam em articulação com as políticas públicas. Assim, não há como promover saúde mental sem olhar também para o acesso aos direitos e para as redes de políticas públicas em geral, agindo também junto a essas tramas na busca por garantir acesso à alimentação, moradia, educação, assistência médica e jurídica, além do direito à cidade, ao reconhecimento das suas singularidades e desejos, o direito aos seus modos de inscrever-se em coletivos de pertencimento etc.

Essa perspectiva ampla e complexa de saúde mental é algo que aprendemos muito nas relações com os movimentos sociais e suas práxis que inclui a dimensão política e material.

Na relação com os movimentos sociais somos também muitas vezes interpeladas/os a problematizar os pretensos lugares de neutralidade e impessoalidade das/os psicólogas/os diante das dimensões inerentemente políticas da realidade das pessoas. Nos encontros com as territorialidades dos movimentos sociais somos levadas/os muitas vezes a tensionar e movimentar nossas teorias *psis* e seus pressupostos de atuação, posto que estes foram muitas vezes erigidos desde situacionalidades marcadas pela branquitude, pelo patriarcado, pela burguesia, pela cisheteronorma, pelo capacitismo.

Assim, é fundamental um exercício ético interseccional ao pensarmos na promoção de direitos de modo localizado, considerando as singulares *posicionalidades* e, também, as tramas de violências que efetuem a manutenção das relações de opressão-privilégio.



A prática interseccional é um exercício crítico pelo qual podemos problematizar as distintas *posicionalidades* em seus efeitos nos processos de subjetivação, especialmente na produção de opressões e privilégios desde as normas hegemônicas. A interseccionalidade é uma perspectiva que emerge da prática das mulheres negras junto aos movimentos sociais, sempre fazendo-nos pensar e agir sobre a complexidade das diferentes *posicionalidades* com seus atravessamentos de gênero, raça e classe junto ao movimento feminista e ao movimento negro. Assim, aqui retomamos a questão da relevância dos movimentos sociais como promotores de saúde mental junto da relevância da interseccionalidade, afinal, se trata de uma teoria-práxis política, crítica, que pensa e atua na formação de comunidades. E há uma importante ressalva aqui: nossas teorias psicológicas também carregam consigo as comunidades que lhes formaram e seguem, assim, formando comunidades que devem sempre serem foco de nossa reflexão ética interseccional na busca por problematizar a naturalização da ação violenta das normas (implícita ou explicitamente) nas escolas teóricas da psicologia. A Psicologia destituída de um exercício ético

interseccional reitera constantemente os modos de compreender, sentir e intervir da branquitude, do patriarcado, da burguesia, da cisheteronorma, do capacitismo, ou seja, a psicologia destituída do constante (infinitivo e infinitesimal) exercício interseccional é um espaço tomado pelas violências da colonialidade. Como pensar uma saúde sem lugar, sem territorialidade, sem corporeidade? Como querer fazer juízos e avaliações sobre práticas de cuidado ou saúde, sem considerar onde se dão, em que condições de possibilidade?

Contribuição do Sistema Conselhos na defesa da formação com qualidade

Além de participar da construção das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, publicada pelo Ministério da Educação, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem atuando no enfrentamento aos cursos totalmente à distância (EAD), em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia



(ABEP). “O CFP defende que Psicologia se faz com presença e que o ensino à distância contribui para que a tecnologia tenha a finalidade de levar a/o estudante a compreender e utilizar as tecnologias digitais de forma crítica, reflexiva e ética, como recurso para acessar, disseminar e produzir conhecimento, mas a interação decorrente da presencialidade é fundamental para a formação em Psicologia”, afirma **Ivani Francisco de Oliveira**, vice-presidenta do CFP.

O Sistema Conselhos de Psicologia vem também apostando nas Referências Técnicas produzidas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como materiais importantes na formação de novas/os profissionais, preparando-as/os para atuar nas políticas públicas. “A Psicologia tem sido cada vez mais convocada a contribuir com a efetivação de direitos sociais atuando em políticas públicas. Por isso, mesmo não sendo uma atribuição do Conselho Federal de Psicologia, temos trabalhado fortemente para a constante melhoria da qualidade dos cursos e, conseqüentemente, termos profissionais melhor formados, prestando um serviço de qualidade para a sociedade”, avalia Ivani.

Estudar Psicologia é estudar...

Com o objetivo de trabalhar temas sensíveis à sociedade e que atravessam as práticas das/os psicólogas/os nos mais variados contextos e que precisam estar presentes na formação, o CRPRS lançou em setembro de 2023 a campanha “Estudar Psicologia é estudar...”.

A iniciativa da Comissão de Formação do Conselho destaca a importância de psicólogas/os estudarem temas relacionados aos Direitos Humanos.

Saiba mais sobre a campanha em crprs.org.br/estudarpsicologia

Convidamos as/os entrevistadas/os desta reportagem a contribuir com essa reflexão completando a frase estudar “Para mim, estudar Psicologia é estudar...”:

“... caminhos para uma sociedade que seja de fato justa e igualitária. É entender que a vida humana só é plena em liberdade de viver sem medo, no bem viver coletivo.” – Ivani Francisco de Oliveira (CFP)

“... as relações humanas, é compreender o potencial humano, é reconhecer as estruturas que nos amarram para que as pessoas tenham ferramentas necessárias, inclusive para se organizar contra essas estruturas que nos adoecem, considerando aspectos de gênero, raça e deficiência.” – Vitória Bernardes

“...a complexidade da experiência humana nos diferentes contextos históricos, sociais e culturais, compreendendo seus atravessamentos na constituição da subjetividade.” – Vera Pasini

“... é um exercício constante e inesgotável de aprofundamento das temáticas que constroem a sociedade.” – Rafael Wolski

“...instâncias psíquicas e processos de subjetivação; e estudar processos de subjetivação é, entre outras coisas, escutar territórios. Estudar os universos plurais que pulsam fora da academia e escorrem diante dos nossos olhos que muitas vezes parecem vendados.” – integrantes do Projeto de Extensão da UFRGS OCUPAS: Cidades, Resistências e Produção de Subjetividade.

O Projeto de Extensão “Diz Aí: Clínica Feminista e Antirracista na UFPEL” e o uso de Referências Técnicas sobre Relações Raciais

Danielle Soares Maurell
Eliana Duarte da Rocha
Nathalia Duarte Moura

Estudantes de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Os fenômenos psicossociais cotidianamente nos espelham a relevância das referências técnicas de relações raciais na práxis das/os profissionais e das/os estudantes de Psicologia nos seus cenários de atuação. Apesar de nos dias atuais o racismo e todos os seus nichos serem pautas em todos os espaços de forma recorrente, o compromisso para com o imaginário social antirracista, na prática, não ocorre com a mesma sinergia. A narrativa de não ter conhecimento e exigir de pessoas negras que o racismo e suas factuais sejam explicadas didaticamente por elas, é mais uma forma de colocá-las em uma posição perversa de violência e de inviabilização, ainda mais com todas as possibilidades existentes de se “apossar” dessas discussões. E os espaços *psis* não ficam isentos desses fenômenos, seja a clínica, em suas variadas performances, e do mesmo modo, a academia.



Os currículos acadêmicos dos cursos de Psicologia, seja em instituições federais, estaduais ou privadas, dificilmente abordam disciplinas nas quais se discutem as relações raciais, de gênero e de classe, do mesmo modo, são poucas/os as/os docentes que em suas cadeiras trazem bibliografias que não são eurocentradas. A trajetória da produção e reprodução

de conhecimento no meio acadêmico/universitário se constituiu a partir da desconsideração dos escritos e produções de autores/as negros/as e suas temáticas. Em prol da manutenção do conhecimento científico - descrito como apolítico, neutro e objetivo - houve a implementação e perpetuação do epistemicídio, que opera sobrepondo os saberes “tradicionais” - brancos e eurocentrados - aos saberes dissidentes constituídos por culturas não-brancas/ocidentais (Carneiro, 2005). Essa dinâmica promove a anulação das pessoas negras como intelectuais, detentoras de conhecimento e fontes de saber, em um movimento de constante realocação das hierarquias raciais e subjugação das capacidades do corpo negro.

Há a equivocada interpretação de que as relações raciais e a discussão da raça em si são algo paralelo, secundário e talvez categórico ao interesse da Psicologia e de tantas outras ciências. É a armadilha que leva tanto a estudantes, profissionais, instituições de ensino ou ação, a caminharem ao encontro de uma práxis negligente, violenta, excludente e desumana. Ignorar a racialidade, o seu funcionamento e consequentemente as relações raciais, é ignorar a sociedade que se está inserida/o.

A resistência das pessoas brancas em falar, pensar e produzir estudos a respeito da branquitude parece estar alicerçada com a crença de que estas seriam a parte desracializada da população. Tal perspectiva coloca os grupos raciais não-brancos como objetos a serem investigados, promovendo o distanciamento da confrontação da temática da branquitude, mantendo a identidade racial branca como norma e o discurso sobre as relações raciais dubitável e rudimentar. O que leva à legitimação e reprodução das desigualdades raciais e conservação dos privilégios obtidos pela imutabilidade da estrutura racista da sociedade.

As atuações na Clínica Feminista e Antirracista - Diz Aí, nos trazem para cena, com nitidez, a importância de se pautar e apontar a branquitude enquanto raça, retirando-os desse lugar universal. É a partir dessa ótica que na práxis psi, se torna possível um caminho onde sujeitas/os não-brancas/os possam articular sua existência a partir de si e não da Outridade. Novos imaginários podem ser construídos. Buscando um caminho de uma democracia subjetiva. As Referências

Técnicas, particularmente as “Referências Técnicas para a atuação de Psicólogas: Relações Raciais”, entram em cena para a comunidade psi como instrumentos colaborativos e políticos. A importância do uso das cartilhas como instrumentos didáticos anda junto com a experiência ao servirem de base para a atuação. Nos campos de estágios, proporcionou recursos para pensar e se posicionar diante do racismo e seus efeitos nas demandas que surgem. Dessa forma, a atuação pôde ser realizada por meio da pluralidade de métodos e bibliografias numa tentativa de desmantelamento dos alicerces racistas que atravessam as dinâmicas sociais, institucionais e relacionais-afetivas, que incidem sobre as experiências, os modos de vida e subjetivação das pessoas que buscam os serviços de acolhimento do “Diz aí: Clínica Feminista e Antirracista”.

Entendemos que estamos abordando uma tarefa que implica a todes, pois as experiências e expressões que estão no âmbito de vivenciar e se identificar como negra/o ou branca/o envolvem um conjunto de mecanismos sócio-históricos, de elementos e processos simbólicos, subjetivos e concretos que integram a demarcação da escala hierárquica da população brasileira. Esse escalonamento vai marcar as identidades, os modos de vida, de socialização e subjetivação. Para quebrarmos esse ciclo de perpetuação de uma única identidade subjetivada, logo, humanizada, é de extrema importância que todes discutam esse tema na Psicologia, graduandas/os e profissionais. Para que a leitura feita dos modos de vida e processos psíquicos considere os contextos históricos, as contingências existenciais e os marcadores sociais, para que seja possível compreender toda a dinâmica social que constitui a/o sujeita/o, sem recair a reproduções violentas; significações negativas, socialmente construídas, da experiência de ser negra/o.

Referências

- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os.** 2017.

Por uma formação ética, inclusiva e em defesa de uma sociedade justa e democrática

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) vem exercendo um importante papel nas articulações de ações que objetivam a construção de uma formação ética e de qualidade para as/os psicólogas/os brasileiras/os. Nesta edição da Entrelinhas em que propomos uma reflexão sobre a formação e sua interface com os direitos humanos, entrevistamos **Iraní Tomiatto de Oliveira** (CRP 06/2336), professora doutora em Psicologia e atual presidenta da ABEP.

Poderia descrever brevemente a função da ABEP, como se organiza e seus objetivos?

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) é uma associação civil sem fins lucrativos, uma associação científica que, nos seus 24 anos de existência, tem se dedicado à defesa de uma formação ética e de qualidade para as/os psicólogas/os brasileiras/os. Para isso, está em constante diálogo com a comunidade acadêmica, com as/os profissionais da área e de áreas afins, com o campo científico, com outras entidades da Psicologia e com órgãos governamentais que regulam a formação.

Promove uma série de atividades, tais como eventos, lives, fóruns de coordenadoras/es de curso, de professoras/es e orientadoras/es de estágio, de estudantes e cursos de atualização. Produz textos e referências sobre temas relacionados à formação. A ABEP mantém um curso para coordenadoras/es, que também pode ser realizado por professoras/es, e que visa ao aprofundamento e à atualização em temas centrais para a elaboração de um projeto pedagógico e para a gestão do curso. Ainda, publica um boletim mensal com informações e relatos sobre as atividades da entidade e notícias relevantes.

Tem uma diretoria nacional eleita a cada dois anos por suas/seus associadas/os, durante o Encontro Nacional, e núcleos regionais espalhados por diferentes regiões do país. Esses núcleos têm uma equipe gestora local e contribuem para capilarizar as ações da entidade pelo território nacional. Conta com associadas/os, que incluem profissionais e estudantes interessadas/os e comprometidas/os com os objetivos da ABEP.

De que forma a ABEP contribuiu para a construção das novas Diretrizes Curriculares Nacionais?

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) contribuiu amplamente para a construção das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), do primeiro ao último dia do processo. Todo ele foi realizado em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), que coordenaram e promoveram um amplo debate nacional, para a construção participativa e democrática de nossas diretrizes. A ABEP participou da idealização do processo, elaborou os textos geradores das discussões, esteve presente em muitas das 118 reuniões preparatórias organizadas por todo o Brasil, em todos os Encontros Regionais e no Encontro Nacional e na elaboração da minuta das DCN. Participou da apresentação do documento ao Conselho Nacional de Saúde, da apresentação ao Conselho Nacional de Educação (CNE), da consulta pública realizada pelo CNE e da discussão final com os membros da Comissão do CNE responsáveis por nossas DCN. E, depois, da luta por sua homologação, que durou quatro anos. Temos muito orgulho de termos, ao lado da categoria, lutado tanto e construído um processo tão importante e com resultados tão positivos.

As novas DCN da Psicologia não incluem tudo o que consideramos importante, porque são fruto de muitas negociações e as decisões finais são do CNE. Mas, consideramos que elas são um avanço importante em vários aspectos, como por exemplo: reafirmam e ampliam nossos princípios, definem de forma muito mais nítida as competências que devem ser desenvolvidas durante a formação, assim como os processos de trabalho da/o psicóloga/o, que são a base para as ênfases curriculares oferecidas por cada curso, aumentam a porcentagem da carga horária dos estágios obrigatórios e estabelecem que eles devem acompanhar todo o processo de formação, na interação contínua entre teoria e prática, e, entre outros avanços relevantes.

Qual o posicionamento da ABEP sobre o ensino da Psicologia EAD?

Considero que é necessário abordar essa questão sob dois aspectos: por um lado, o processo de liberação do EaD no ensino superior brasileiro, particularmente a partir de 2017, para a grande maioria dos cursos, e suas gravíssimas consequências, e, por outro, o caso específico da Psicologia.

O ensino superior brasileiro passou, nos últimos anos, por um processo de fragilização dos critérios, das exigências e do controle de qualidade por parte dos órgãos federais responsáveis, na direção da desregulamentação. Um dos elementos mais danosos desse processo foi a liberação sem critérios do ensino a distância, que resultou em um aumento descontrolado no número de vagas, em polos não vistoriados, e muitas vezes inexistentes de fato ou sem a mínima condição de funcionamento, e em uma queda ainda maior da qualidade já insuficiente dos cursos. As consequências são particularmente graves em algumas áreas, em especial nas profissões da saúde, que objetivam o cuidado com o ser humano, e também nas licenciaturas, precarizando ainda mais as condições da educação. Dados, inclusive oficiais, como os do ENADE, mostram nitidamente essa queda, e mesmo o Ministro da Educação tem repetidamente manifestado sua preocupação com a qualidade insatisfatória dos cursos, bastante agravada pelo EaD.

As justificativas de que o EaD visa à democratização e à ampliação do acesso à educação não se comprovam na prática. Com raras exceções, ela tem sido utilizada com vistas ao lucro desmedido daqueles que tratam a educação como mercadoria, e não como um direito constitucional. Cursos com mensalidades muito baixas, para atrair incautos, muitas vezes estão baseados em aulas assíncronas, gravadas, sobre temas genéricos, apresentadas a vários cursos diferentes durante anos seguidos. As práticas e os estágios, fundamentais em muitas áreas, não seguem os critérios mínimos determinados pela legislação.

Não temos cursos de Psicologia autorizados em EaD, e temos lutado muito contra essa liberação, mas é importante ver o que tem acontecido com outros cursos para analisarmos as consequências dessa política.

No caso específico da Psicologia, não vemos nenhuma possibilidade de uma graduação a distância que atenda os critérios mínimos de qualidade e adequação às características da área. Trata-se de uma profissão intrinsecamente relacional, na qual os saberes e práticas precisam da presença real para sua produção e desenvolvimento. A consolidação das competências básicas que compõem o perfil profissional da/o psicóloga/o só é possível a partir da prática real, em campo de trabalho, e na integração teoria-prática. Isso está bem elucidado nas nossas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e na nossa prática diária.

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) tem desenvolvido ações importantes na luta contra o EaD na Psicologia, ao lado de parceiros como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), o Conselho Nacional de Saúde (CNS), inclusive participando ativamente do Grupo de Trabalho criado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) para discutir uma nova regulamentação. E temos aprofundado essa discussão e produzido textos sobre o tema, que vale a pena ler. É fácil encontrá-los nas redes sociais da ABEP e no site do CFP.

Somos também contrários ao estabelecido na Portaria nº 2.117/2019 do MEC, que permite que até 40% da carga horária total dos cursos presenciais seja oferecida na modalidade a distância. Consideramos que essa porcentagem é excessiva, e tem trazido prejuízos importantes à qualidade da formação. O limite anterior a essa portaria, de 20%, é aceitável, mas nada além disso, como a prática tem demonstrado.

Quais serão as pautas prioritárias para a ABEP em 2024 ou que novas pautas estarão em evidência?

Uma das pautas mais importantes para a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) diz respeito ao processo de implantação das novas Diretrizes



Curriculares Nacionais (DCN) e da revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, com esse objetivo. Os cursos novos já devem iniciar adaptados às novas regras, e aqueles em andamento têm um prazo de dois anos para se adaptar. A ABEP já começou e continuará promovendo discussões e eventos com a finalidade de refletir e orientar essa implantação. E continuaremos acompanhando de perto as ações das diferentes instâncias do MEC, especialmente as relacionadas ao EaD, à avaliação dos cursos e à regulamentação em geral.

Nesse novo período que vivemos, desde o início de 2023, é fundamental participarmos de um amplo e necessário processo de reconstrução da valorização da ciência, do trabalho docente, que tem sido tão precarizado, e da qualidade dos profissionais que oferecemos à população brasileira.

Também daremos sequência às ações relacionadas com a regulamentação da Lei 13.935 – inserção de psicólogas/os e assistentes sociais nos sistemas de educação básica pública, ao lado da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Conselho Federal de Psicologia (CFP), Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Continuaremos como membros efetivos da Câmara Técnica da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações do Trabalho do Conselho Nacional de Saúde, da qual participamos intensamente há muito tempo, e para a qual a ABEP foi recentemente

reeleita como membro efetivo, e nos integrando às demais entidades do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Apenas para citar algumas das ações mais relevantes.

Nossas pautas continuarão relacionadas à qualidade da formação, à ética, à inclusão, aos direitos humanos, à luta por uma sociedade justa e democrática, em cuja construção a educação tem papel fundamental, contra toda forma de preconceito e exclusão. Temos muito a reconstruir. E, quando nos preocupamos com a qualidade da formação, estamos na verdade defendendo o direito da população a serviços de qualidade.

Como a ABEP vem se articulando com o Conselho Federal de Psicologia e qual a importância desse trabalho em conjunto?

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) mantêm uma articulação constante, e entendemos que isso é imprescindível, porque formação – que é o foco da ABEP – e atuação profissional – que é o foco do CFP – são processos interdependentes, que devem ser pensados em conjunto. Todo o processo de construção e luta pela aprovação e homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foi feito em conjunto, e também com a participação da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), integrando formação, atuação profissional e trabalho. Da mesma forma, temos essa integração na luta contra o EaD na Psicologia. Também, há muitos anos temos participado de Grupos de Trabalho instituídos pelo CFP para tratar de temas relacionados à formação, participamos juntos de eventos, produzimos material e referências técnicas.

E a parceria da ABEP não é apenas com o CFP, mas com diferentes Conselhos Regionais, seja a partir de nossa diretoria nacional, seja com nossos núcleos regionais. Vários Conselhos Regionais incluíram em seu planejamento estratégico parcerias com a ABEP, e ações conjuntas que têm sido muito produtivas para todos os envolvidos. Da mesma forma, a ABEP também inclui o Sistema Conselhos em seu planejamento e busca constantemente essa integração.

Na sua opinião, como temas relacionados aos direitos humanos vêm sendo trabalhados na formação de psicólogos/os? De que maneira essas pautas podem ser incluídas de forma transversal e não ficarem limitadas a uma disciplina?

É sempre difícil responder a uma questão geral sobre o que acontece nos cursos de Psicologia, porque eles são muitos e bastante diversos. Temos atualmente cerca de 1.300 cursos de graduação na área, espalhados por todo o território nacional, portanto com realidades regionais muito diferentes. Temos cursos de excelência e cursos bastante precários, com condições insatisfatórias, e todas as possibilidades no contínuo entre esses dois extremos. Cursos públicos e privados, grandes e pequenos, com e sem fins lucrativos, em universidades, em centros universitários e isolados, apenas para citar alguns itens dessa diversidade.

Os direitos humanos são, ou deveriam ser, um eixo central no processo de formação. E temos cursos em que isso efetivamente acontece, e outros que passam bem longe disso. A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) aborda constantemente esse tema, em seus eventos, na participação em eventos de outras entidades, em nosso boletim. E consideramos que é preciso promover debates e dar muita atenção ao assunto, como fez o Sistema Conselhos em 2023, realizando uma série de eventos regionais. Participei do evento promovido pelo CRP 06, em São Paulo, e pude constatar sua grande contribuição.

Minha visão é a de que esse deve ser um tema transversal de todo o processo de formação, deve ser uma orientação central em todas as práticas e estágios, nas ações extensionistas, e deve fazer parte obrigatória de planos de ensino do projeto pedagógico. Mas, para que isso efetivamente aconteça, é preciso desenvolver um trabalho constante com coordenadoras/es de curso e de estágios, com orientadoras/es, supervisoras/es e professoras/es. Elas/es precisam ter conhecimento e consciência sobre a relevância dessa discussão, para que o tema não fique apenas nos projetos e nos planos, mas que efetivamente faça parte das ações, nas relações entre as pessoas envolvidas no processo de formação e na relação com usuárias/os dos serviços e ações das/os psicólogas/os.

Percepções de estudantes de Psicologia acerca dos Direitos Humanos

Michele Rauber Mattana

CRP 07/31194

Psicóloga, mestre em Psicologia Clínica (Atitus Educação) e Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental (Wainer Psicologia). Atua como Professora Universitária e é psicóloga no Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM) na Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

A Psicologia, historicamente, buscava resolver desajustamentos sociais, destacando-se durante a ditadura no Brasil. Nesse período, profissionais da área desempenharam um papel no controle social, contribuindo para a patologização de quem era contra a ditadura militar. Ainda hoje, mesmo que em outra esfera, algumas psicólogas desrespeitam o Código de Ética Profissional da Psicologia. O apoio a práticas questionáveis persiste, indo contra os princípios éticos que a profissão preconiza.



Nível inicial - Iniciamos com abordagem dos Direitos Humanos nas disciplinas e temos interesse pelo assunto: Os estudantes dos primeiros quatro níveis do curso demonstraram um maior interesse e engajamento com o tema dos DH. As disciplinas (i.e, Desafios da profissão) que abordam diretamente esses direitos são frequentes no início do curso, despertando uma curiosidade ativa nos alunos. Eles expressaram o desejo de mais discussões sobre DH ao longo da graduação.

Nível intermediário - Já não temos abordagem dos Direitos Humanos nas disciplinas e nosso interesse no assunto diminui: Os estudantes do 5º ao 7º níveis revelaram uma diminuição do interesse e da lembrança sobre o estudo de DH nas disciplinas. Muitos não conseguiam recordar quando ou o que estudaram sobre o tema. A falta de abordagem atual nas disciplinas parece ter conduzido à diminuição do engajamento.

Concluintes - Lembramos pouco sobre o que estudamos acerca dos Direitos Humanos, mas buscamos relacionar com a área de atuação escolhida: Os estudantes nos últimos três níveis do curso também demonstraram dificuldade em lembrar o que estudaram sobre DH. No entanto, eles tenderam a relacionar esses direitos com a área específica da psicologia em que desejam atuar profissionalmente.

**“Preciso saber o que me defende”:
Marcadores sociais alteram a percepção sobre os Direitos Humanos:** Estudantes bissexuais expressaram um interesse maior nos DH como uma forma de proteção, destacando a necessidade de compreender e se defender em contextos sociais adversos. Além disso, pessoas negras relataram a importância dos DH como uma medida de proteção diante de possíveis violações, evidenciando as lutas históricas por direitos. Também foram identificadas outras nuances sociodemográficas, sendo que estudantes com maiores recursos financeiros e maior grau de escolaridade apresentaram uma compreensão mais aprofundada e experiências profissionais relacionadas aos DH. Ainda, houve uma relação complexa entre a percepção dos DH e a ideologia política. Alguns estudantes de psicologia se sentem desconfortáveis em se posicionar contra políticas que desrespeitam os DH, evidenciando um desafio ético na profissão.

A pesquisa ressalta a necessidade de uma abordagem mais abrangente dos DH na formação de estudantes de psicologia, especialmente nos níveis iniciais, nos quais há maior interesse. Tal interesse deve ser mantido por meio da abordagem contínua do assunto em todas as disciplinas do curso visando a formação de profissionais alinhados ao que preconizam os princípios fundamentais do Código de Ética profissional.

Em 2023, o conselheiro vice-presidente do CRPRS, Ademiél de Sant'Anna Junior, produziu a Poesia de Combate (Exercício de Atrevivência) após convocado, em uma palestra, a provar os efeitos da colonização no ensino de Psicologia. Confira o texto na íntegra:

Ademiél de Sant'Anna Junior

CRP 07/22834

Conselheiro vice-presidente do CRPRS.

Ouçá no Spotify:
<https://spotify.link/gBgssGBLODb>



Bora Combina?

*Vou te fazer uma pergunta
Mas bora combina?
Sem vergonha de Respondê
Não vale mentir e nem disfarçar.
O objetivo é incomodação.
Diz aí qual o efeito em você da colonização?
Em mim hoje posso falar.
Clausura de pensamento Inadequação
Controla esses gesto
Não balança tanto a mão.
Seja magra
Seja forte
Seja fitness
Sem chorar
Ih quer ver ele não sabe nem falar...
Não sei como na universidade cinco anos ficou?
Passou em tudo, bom aluno
Fala até do biopoder de Foucault.
Coração acelerado
Boca seca
Batimento alto e pressão.
Produção... produção... produção... produção.
Condução da mão que digita do punho que escreve
Dor de cabeça e uma vírgula não erre.
Será que completo a formação?
Será que completo o mestrado?
Será que chego ao doutorado?
Será que saio do doutorado?
Epistemologias, metodologias Topologias...
Ai meu coração...
Subjetividade na atividade de se desfazer...
Desmascarar!
Eu protesto por um currículo que me faça tremer, e tem como.
Mitos gregos que olham pra cima de cima sentada na copa gritam de lá
Não saia da cozinha não.
Nenhuma surpresa quando a formação vem de Europa.
Fale francês, Fale inglês, Fale alemão e olhe lá.
Mas não me venha nesse texto usar Yorùbá
Se quiser até pode, fica bonitinho mas vai ter que traduzir todas as palavras né?
Se não a Gestalt não fecha dasien, acting out
E por aí vai.
Não passa da copa viu menino.
Assutada?
Com a sua formação, sim a sua mesma, é da Europa dos intestino até o forame do Zigomático.*

*Dasien... Face esqualida
É quase automático.
Amostragem sem expressão Genética,
Lugar do morto, Sublimação.
Lacan disse
Freud disse
Heidegger disse
Guattari disse
Narciso, Édipo, anti-édipo
Arquétipos.
Calma nada contra
mas vamos admitir formação alavanca para sustentar as estruturas do racismo e do sexismo em uma psicologia branca e cheia de pelanca sem anca, reta reta linear.
Será que a psicologia consegue sambar?
Vou encerrando com uma advertência, cada autora, autore, autor aqui presente podem aparecer na disciplina que você quiser organizar.
Vou provar?
Achile Mbembe e Aimé Cesaire história da psicologia.
Isildinha Baptista Nogueira Processos psicológicos básicos e introdução a psicanálise.
Fanon, Virgínia Bicudo e Ivone Lara já adentram na discussão da saúde mental, sociedade e sua alienação.
Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento cultura, Memória e resistência.
Leda Martins, Conceição Evaristo, Jota Mombaça: Metodologias e processos de recriação do pensamento.
Já consegue escutar o samba?
Donde não me exonero?
Virgínia Bicudo, Cida Bento e Neuza Santos Souza, Audre Lorde, Cesaire e GLISSANT elementos que percorrem a clínica poética política das relações.
tornar-se negra e ser branco questionando o dito universal
o colonialismo pira com seu verme racional que causa na indefensável branquitude cólica intestinal.
Com Letícia Nascimento acirrando a discussão, é de um modo nada efêmero que ela expressa seus estudos sobre gênero
De quebra da quebrada é Sueli Carneiro em ação do já denunciado epistemicídio dos que resistem à altura do chão!
E na linha de frente deste encontrão Muniz Sodré, Nei Lopes, Ailton Krenak dão aula de filosofia sambando com Èsù por toda a teoria.
Ensinam linguagem língua e cognição. E se tu ainda quiser processos de dessubjetivação Agora de verdade pra encerrar...
Ainda tem dúvidas do efeito em você da colonização?
me diga então qual dessas figuras você viu na sua formação?*

Diálogos que (in)formam

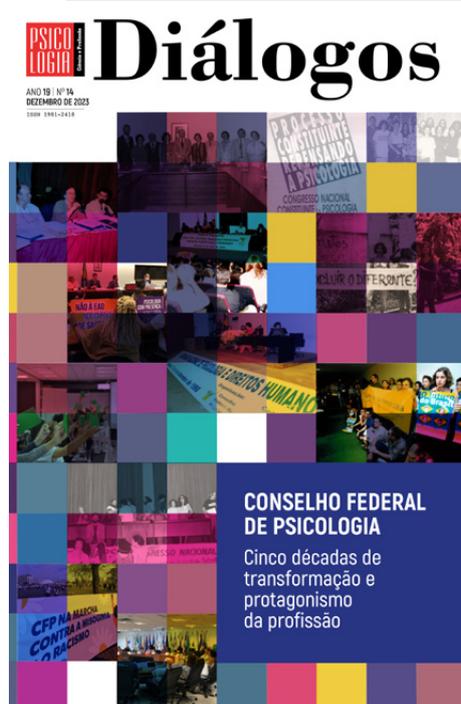
Dan Montenegro | CRP 07/37289

Psicólogo, integrante da Comissão Editorial Nacional da Revista Diálogos nº 14, publicação do Conselho Federal de Psicologia.

A revista Diálogos, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), chega à sua 14ª edição com pautas de extrema importância para a história da Psicologia no Brasil. Fazendo juz ao seu título, desde sua primeira edição a revista tem sido um importante canal de diálogo e (in)formação sobre temas relevantes e emergentes na Psicologia Brasileira. Neste número, a publicação, reconhecida como um dos materiais de maior alcance entre as profissionais de Psicologia brasileiras, parte do aniversário de 50 anos do CFP para se debruçar sobre as conquistas e desafios de uma história construída e narrada coletivamente.

Desse modo, a atual edição da revista Diálogos nos convida a revisitar a trajetória do CFP junto à categoria e à sociedade brasileira por meio de alguns de seus principais marcos. A edição destaca aspectos como regulamentações; luta democrática e antimanicomial; presença nas políticas públicas; direitos da população LGBTQIA+; consolidação da avaliação psicológica; reconhecimento das especialidades profissionais; lançamento contínuo de referências técnicas para a atuação profissional; políticas para a diversidade no Sistema Conselhos de Psicologia e tantas outras conquistas que têm constituído a trajetória do CFP e da própria Psicologia no Brasil.

Além disso, ao olhar para essa história, a edição também busca ensinar reflexões sobre o presente e o futuro da Psicologia a partir dos avanços e desafios que temos pela frente na garantia de uma ciência e profissão radicalmente comprometida com os direitos humanos. Considerando que uma formação ampliada em Psicologia precisa considerar a história que constitui quem somos e quem estamos nos tornando enquanto ciência e profissão, convido as/os leitoras/es da Entrelinhas a percorrer a trajetória celebrada na mais recente edição da revista Diálogos. Boa leitura!



Primeiros passos na profissão: Clínica Psicológica

Área Técnica do CRPRS

Antonietta Martins Lopes Bridi | CRP 07/23600

Geovana da Silva Ferreira | CRP 07/26815

Kwala Machado da Rosa | CRP 07/20143

Larissa Goya Pierry | CRP 07/25248

Lucio Fernando Garcia | CRP 07/8011

A Psicologia é uma profissão plural e heterogênea, que se faz presente de várias formas e em vários âmbitos na sociedade. Instituída em território nacional pela Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, o exercício da profissão vem se expandindo: seja na clínica, no judiciário, no esporte, nas políticas públicas ou nas instituições como hospitais, escolas, sistema prisional, a categoria está inserida e atuando a partir de diferentes olhares e referenciais técnicos, sem prescindir de uma conduta ética, que envolve, sobretudo, responsabilidade social, respeito e promoção aos direitos humanos.

Separamos aqui algumas orientações sobre passos a serem seguidos no início da profissão. Após a colação de grau em Psicologia, é necessário realizar a inscrição junto ao Conselho Regional de Psicologia e obter a Carteira de Identidade Profissional (CIP), registro este que habilita ao exercício regular da profissão.

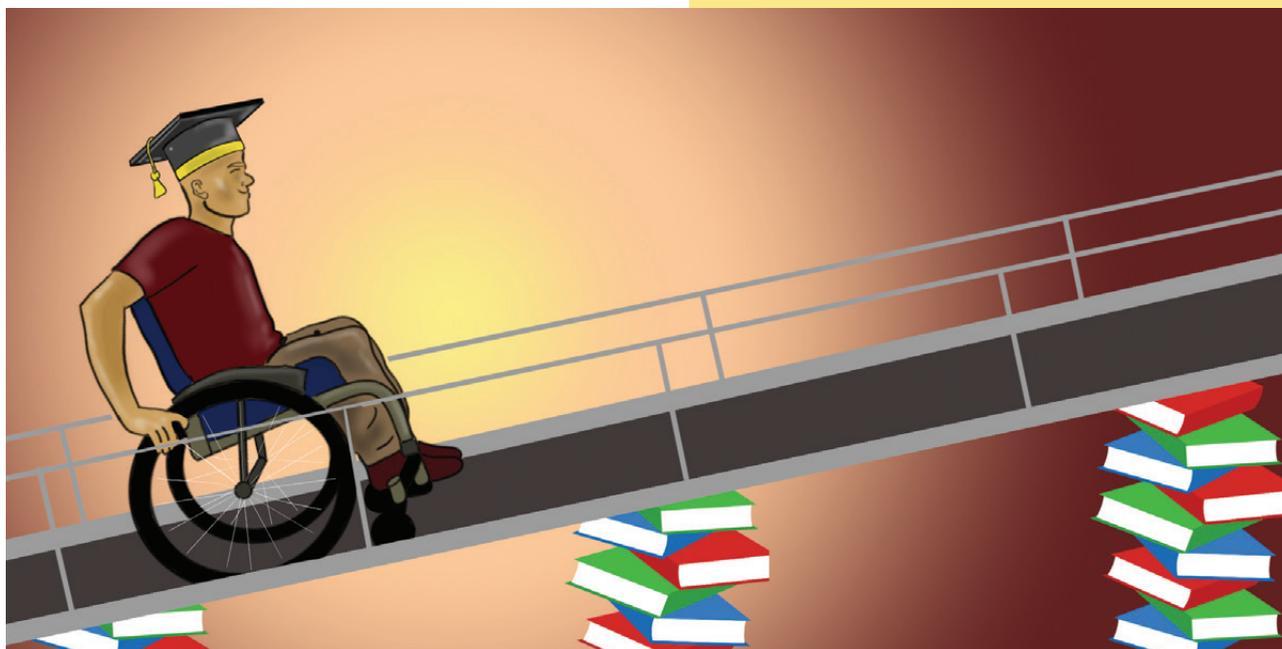
Para a atuação em consultório como profissional autônoma/o, temos as seguintes orientações: buscar a inscrição junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para contribuição previdenciária; procurar a Prefeitura Municipal da localidade na qual irá atuar, no intuito de regularizar a situação referente aos alvarás e impostos necessários para desempenhar a prestação de serviços. Ainda, a/o psicóloga/o poderá

buscar uma/um profissional da área de contabilidade para evitar irregularidades. As definições referentes a alvarás e recolhimento de impostos são de atribuição e autonomia de cada município, como se trata de registros previstos em legislação tributária municipal, estes critérios sofrem variações, sendo necessário verificar nos órgãos responsáveis acima citados. Além disso, é recomendado buscar supervisão de profissional mais experiente.

Há a possibilidade de psicólogas/os constituírem Pessoa Jurídica para trabalhar na área clínica, o que precisa ser avaliado pela/o profissional, e demandará nova inscrição junto ao CRP. Para saber mais informações sobre tal temática, recomendamos a leitura do texto de Orientação Técnica, publicado em 2023, na Edição nº 94 da Revista Entrelinhas.

Em relação à divulgação dos serviços psicológicos, deve-se observar os preceitos do Código de Ética, em particular o Art. 20. Cabe ressaltar que toda publicidade deve conter, obrigatoriamente, o nome completo ou nome social da/o profissional, acompanhada de seu número de registro no CRP. Além disso, no caso do uso profissional de redes sociais orienta-se a leitura da Nota Técnica CFP nº 01/2022.

Quanto à remuneração dos serviços psicológicos, há uma tabela de honorários estabelecida pelo Conselho Federal de Psicologia em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), que pode servir de referência (crprs.org.br/honorarios). Ao estipular o valor do serviço, cada profissional deve realizar as combinações com as pessoas atendidas antes do início do trabalho, e elaborar o devido contrato, que pode ser verbal ou escrito. O Art. 4º do Código de Ética assegura a manutenção da qualidade do trabalho, independente dos valores acordados.



No exercício da psicoterapia, deve-se observar a Resolução CFP nº 13/2022, que dispõe de diretrizes para atuação na área. Em relação ao setting psicoterapêutico, salienta-se que os atendimentos podem ocorrer de maneira online, sendo que, neste caso, deve-se observar a legislação vigente até o momento (Resoluções CFP nº 11/2018 e 04/2020). Independente da modalidade de atendimento, é necessário preservar o sigilo profissional e garantir proteção à intimidade das pessoas atendidas.

Ainda, destaca-se que o registro dos atendimentos é de caráter obrigatório, e deve observar integralmente a Resolução do CFP nº 01/2009, independentemente da área de atuação. O prontuário, normatizado pela resolução supracitada, é o documento formal que pode ser acessado a qualquer tempo pela pessoa atendida, ou responsáveis legais, e seu prazo de guarda deve considerar a Lei Federal nº 13.787/2018, que estabelece o prazo mínimo de 20 anos para guarda de prontuários.

A prática clínica também pode envolver a produção de documentos psicológicos mediante solicitação (da/o usuária/o do serviço de Psicologia, familiares, outras/os profissionais, autoridades etc), que possuem diferentes estruturas e finalidades. A Resolução CFP nº 06/2019 fornece subsídios para a elaboração de tais documentos, detalhando cada um: Declaração, Atestado, Relatório, Laudo e Parecer. Salientamos a autonomia e responsabilidade das/os profissionais na avaliação das demandas, adequando os documentos a cada situação.

Referências

- **Código de Ética do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005):**
<https://crprs.org.br/codigo-de-etica>
- **Nota Técnica CFP nº 01/2022**
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEL_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf
- **Resolução CFP nº 06/2019**
<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?origin=instituicao&q=06/2019>
- **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**
https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/19/2017/05/Lei-4119_1962.pdf
- **Resolução CFP nº 01/2009**
<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-de-fiscalizacao-e-orientacao-n-1-2009-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-registro-documental-decorrente-da-prestacao-de-servicos-psicologicos?origin=instituicao&q=01/2009>
- **Resolução CFP nº 13/2022**
<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-13-2022-dispoe-sobre-diretrizes-e-deveres-para-o-exercicio-da-psicoterapia-por-psicologa-e-por-psicologo?origin=instituicao&q=13/2022>

Em caso de dúvidas, entre em contato com a **Área Técnica** via telefone **(51) 3334.6799** (atendimento de segunda a quinta-feira, das 9h às 13h30) ou e-mail **orientec@crprs.org.br**.

Referências Técnicas e formação em Psicologia

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP-RS) é um setor permanente do CRPRS e, junto com as outras unidades regionais e o CFP, compõem a Rede CREPOP. Pela metodologia, embasamento, criação e escopo, não há documento orientador de atuação mais completo sobre políticas públicas do que as Referências Técnicas do CREPOP. Sua constante atualização, discussão e produção alimentada pelas mudanças sociopolíticas tornam estes documentos vivos, encarnados e habitados por um fazer voltado para os Direitos Humanos, a ética profissional e o compromisso com a equidade.

Desde a criação do CREPOP, já foram lançadas 26 referências técnicas abordando diferentes políticas ou formas de atuação, sendo nossa última publicação, a “Referência Técnica para atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+”. Além dessa, também foram criadas referências para atuação em CRAS, CAPS, Atenção Básica em Saúde, Educação, Esporte, Segurança Pública, entre outras várias áreas das políticas públicas. Além disso, também temos referências para a atuação em Relações Raciais, com povos tradicionais, povos indígenas, mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar e outros temas que atravessam nossa profissão. Assim, as referências técnicas do CREPOP são materiais essenciais para o desenvolvimento das/os estudantes de Psicologia e também para as/os profissionais que atuam na ponta dos sistemas socioassistenciais ou mesmo no atendimento clínico individual.

Diante da finalidade orientativa, as Referências Técnicas de Atuação, produzidas pelo CREPOP, devem ser base de intervenção de profissionais já atuantes nas políticas públicas e também material essencial às formações em Psicologia. As referências técnicas não são documentos necessariamente de autoria da Rede CREPOP, mas sim resultado do diálogo e da construção de participação democrática com a categoria e, particularmente, com as/os profissionais que atuam nas políticas públicas. Nesse sentido, o CREPOP-RS tem procurado aprofundar o diálogo com o corpo estudantil por meio de eventos que fomentem o protagonismo das/os graduandas/os em Psicologia, por meio da apresentação de trabalhos e participação em mesas de discussão.

Luis Henrique da Silva Souza | CRP 07/31246
Conselheiro referência do CREPOP/RS

Jéssica Prudente | CRP 07/19326
Conselheira referência do CREPOP/RS

Gabriel Alves Godoi | CRP 07/28161
Assessor técnico de políticas públicas do CREPOP/RS

Centro de Referência em Direitos Humanos

O Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH), projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realiza atendimentos a pessoas da comunidade LGBTQIA+ e/ou pessoas vivendo com HIV/AIDS por meio de assistência jurídica, social e psicológica, em parceria com a ONG Somos. Ainda, oferece à rede de serviços intersetoriais da assistência social, justiça, educação e saúde formações às/aos suas/seus trabalhadoras/es. Além do atendimento direto, tem a premissa de que as/os usuárias/os possam ser atendidas/os em quaisquer locais, sem o receio de sofrer possíveis violências, por isso é relevante a frente de trabalho junto às/aos outras/os trabalhadoras/es das políticas públicas.

A equipe de assistência do CRDH é formada, principalmente, por bolsistas de mestrado e doutorado nas áreas da Psicologia e Serviço Social, assim como estudantes de graduação, que realizam seus estágios obrigatórios. Elas/eles recebem presencialmente ou em modo on-line as diversas demandas das/os usuárias/os que procuram o serviço. Tem-se percebido, apesar da miríade de situações, um aumento da busca por atendimento em saúde mental pela população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS. Muitas vezes, pessoas com histórico de passagem por outros serviços de saúde, nos quais não sentiram o acolhimento em sua integralidade. Esta falta de acolhimento não se trata somente de formação para aquelas/es profissionais no atendimento à diversidade sexual de gênero, ela é somada à precarização que a saúde pública sofre e vem sofrendo com as gestões municipais.



É neste contexto que meu trabalho como supervisor de estágio se insere. Faço a supervisão das/os estagiárias/os da Psicologia, alguns na sua primeira empreitada de atendimento direto à/ao usuária/o, outras/os com certa experiência anterior. E o desafio não está nisso. Ele reside na possibilidade de, num ambiente suportivo, as/os estudantes conseguirem aprender na assistência a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade e desempenhar o acolhimento integral às/aos usuárias/os. As/Os estudantes também conduzem atividades formativas nos serviços da rede com independência, resultado de formação – toda a formação acadêmica – em Psicologia que dá relevância à visão para os Direitos Humanos, conforme prevê a Diretriz Curricular Nacional.

Retomando a premissa da formação de trabalhadoras/es, os estágios no CRDH funcionam como uma espécie de preparo para que essas/es futuras/os profissionais possam se inserir nos mais variados setores com um preparo maior para acolherem, integralmente, a diversidade sexual, de gênero e suas interseccionalidades.

Gianluca Augusto Oliveira Soares | CRP 07/29.531

Mestre e doutorando em Psicologia pela UFRGS, psicólogo do IPPSCH/UFRGS e tutor da Residência em Saúde Mental Coletiva da UFRGS.

Fique atenta/o

Sistema Conselhos se mobiliza **contra ensino à distância**

Os retrocessos diante da possibilidade de abertura de curso de graduação em Psicologia na modalidade de Ensino à Distância (EaD) levaram o Sistema Conselhos de Psicologia a se reunir, no ano passado, com entidades da área para dialogar sobre ações estratégicas de incidência. Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Fórum de Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS) e entidades da área estão mobilizadas na defesa de que a presencialidade é condição primordial para a formação de qualidade em Psicologia. Acompanhe as ações no site e redes sociais do CRPRS.

Confira Nota Pública publicada pelas entidades: <https://x.gd/WdTyB>

Novas **DCNs**

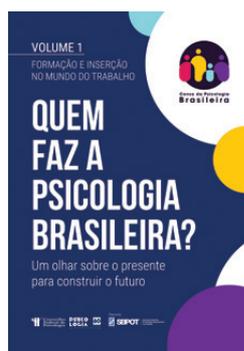
Entraram em vigor no final de 2023 as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia, publicadas pelo Ministério da Educação. Elaboradas em um processo amplo, democrático e participativo, as Diretrizes reforçam a necessidade de uma formação presencial, voltada aos direitos humanos e às políticas públicas.

Na prática, as DCNs estabelecem e definem os princípios, os fundamentos, as condições de oferta e os procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação dos cursos de Psicologia do país. As novas Diretrizes trouxeram novidades, como a definição de um modelo de perfil de atuação profissional de Psicologia, que interage com os modelos adotados em vários países em um contexto da atuação profissional e da formação científica atuais, e a ampliação das possibilidades de ênfases curriculares, como os processos de mediação de conflitos. Os cursos de graduação em Psicologia deverão se adaptar às novas DCNs no prazo de dois anos.

Acesse as DCNs da Psicologia em <https://x.gd/PyJkuR>

Censo **Psi 2022**

Você já acessou as publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) “Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro”? O material traz dados compilados em dois volumes dos resultados do Censo Psi 2022. O Volume 1 tem capítulos voltados exclusivamente à formação e trata das mudanças da carreira ao longo do tempo e, conseqüentemente, da formação em Psicologia, formação complementar, pós-graduação, pesquisa e produção científica.



O Censo Psi deve ser atualizado a cada cinco anos, conforme está previsto na Resolução CFP nº 30/2022, que institui o Censo da Psicologia Brasileira como instrumento para acompanhar e monitorar as transformações no exercício profissional da Psicologia e subsidiar decisões do CFP.

Acesse a publicação em <https://x.gd/SIOM6>

Violências no **contexto laboral**



A Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPOT) lançou em 2024 a campanha “Conscientização e enfrentamento às violências no contexto laboral”, com o objetivo de sensibilizar a categoria sobre o enfrentamento às diferentes formas de violências praticadas no contexto organizacional e do trabalho, bem como orientar sobre os encaminhamentos possíveis diante de práticas de violência.

A iniciativa abordará temas como intolerância religiosa, sexismo, gordofobia, assédio moral, LGBTfobia, capacitismo, assédio sexual, suicídio laboral, etarismo, racismo e xenofobia. Os conteúdos estão sendo divulgados mês a mês.

Acesse crprs.org.br/violenciasnotrabalho e saiba mais.

Transparência

Planejamento Estratégico e Relatório de Gestão

Dando transparência às suas ações, a Frente em Defesa da Psicologia RS publicou o Planejamento Estratégico 2022-2025, que tem por objetivo principal organizar as propostas da Gestão e da Instituição.

O documento representa todo o empenho do CRPRS em defender, cuidar e promover a Psicologia como ciência e profissão comprometida com as demandas da categoria, bem como corroborar para uma sociedade livre de preconceitos de raça, de gênero e de classe, garantindo a atenção aos eixos e propostas apresentados como campos inegociáveis para atual gestão que são:

- 1) Relações Étnico-Raciais
- 2) Direitos Humanos e Psicologia
- 3) Exercício Profissional
- 4) Formação
- 5) Descentralização e
- 6) Governança e Gestão da Autarquia.



Acesse o documento em crprs.org.br/planejamento2022-2025

Anualmente, o CRPRS entrega ao Tribunal de Contas da União o Relatório Integrado de Gestão, como uma forma de prestação de contas também com a categoria e com a sociedade.

Confira o Relatório de 2023 em crprs.org.br/relatorio2023



Agenda da Psicologia

Congresso Internacional Autismo: conhecer para entender

26 a 28/04/2024 | Porto Alegre/RS
 🌐 institutoformacaors.com.br/lp
 📞 (54) 99636-2025
 ✉ institutoformacaors@gmail.com

IV Jornada de Proteção de Crianças e Adolescentes

08 a 10/05/2024 | On-line
 🌐 canalproteja.com.br/jornada
 📞 (51) 98139-4496
 ✉ canalproteja@gmail.com

24º Congresso de Stress da ISMA-BR

18 a 20/06/2024 | Porto Alegre/RS
 🌐 eventos.ismabrasil.com.br
 📞 (51) 3222-2441

XVI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional - CONPE

03 a 06/07/2024 | São Paulo/SP
 🌐 <https://sites.google.com/abrapee.psc.br/xviconpe>
 ✉ 16conpe@abrapee.psc.br

3ª Jornada Intensiva de Testes Psicológicos - 40h

05/08 a 17/09/2024 | Porto Alegre/RS
 🌐 nucleomedicopsicologico.com.br
 📞 (51) 99964-4919
 ✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

GIRA PSI



Em comemoração aos 50 anos do CRP no Rio Grande do Sul, o Conselho está promovendo, ao longo de 2024, o projeto Gira Psi, eventos descentralizados pelo estado que incluem ações de orientação e fiscalização e pautas técnicas e transversais, além de incentivar a confecção da nova Carteira de Identidade Profissional (CIP). Saiba mais em crprs.org.br/girapsi.

Confira agenda prevista e participe!

Três Passos – 26 e 27/04/2024
 Alegrete – 17 e 18/05/2024
 Lajeado – 21 e 22/06/2024
 Cruz Alta – 12 e 13/07/2024
 Passo Fundo – 23 e 24/08/2024
 Santa Maria – 27 e 28/09/2024
 Santa Cruz do Sul – 25 e 26/10/2024
 Pelotas – 08 e 09/11/2024
 Erechim – 06 e 07/12/2024

GIRAPSI

50 anos
CRPRS

O CRPRS promove, ao longo de 2024, a Gira Psi, eventos descentralizados que serão realizados em diversas regiões pelo estado. A iniciativa marca as comemorações dos 50 anos de criação do Conselho Regional de Psicologia no Rio Grande do Sul. A programação inclui confecção da nova Carteira de Identidade Profissional, orientações sobre produção de laudos psicológicos, atuação nas políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Educação e práticas de enfrentamento ao racismo, capacitismo, LGBTQIA+fobia.

Inscreva-se e participe!

Saiba mais em crprs.org.br/girapsi

Datas e locais das próximas edições da Gira Psi:

Três Passos – 26 e 27/04/2024

Alegrete – 17 e 18/05/2024

Lajeado – 21 e 22/06/2024

Cruz Alta – 12 e 13/07/2024

Passo Fundo – 23 e 24/08/2024

Santa Maria – 27 e 28/09/2024

Santa Cruz do Sul – 25 e 26/10/2024

Pelotas – 08 e 09/11/2024

Erechim – 06 e 07/12/2024

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> CEP
<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N° INDICADO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
	____/____/____
	RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970

